



ACTA Nº 1/2010

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE DIA 8 DE JANEIRO DE 2010

Abertura

-----Aos oito dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas, na sede da Junta de Freguesia de Travanca, realizou-se a primeira Assembleia de Freguesia de Travanca, com a presença dos seguintes elementos do executivo, Presidente António Sérgio Gonçalves da Silva, Secretário Antero Henrique Tavares Rocha Barbosa, Tesoureira Vera Lúcia dos Reis Neves, bem como os respectivos membros da Assembleia de Freguesia, Presidente António Ferreira Rodrigues de Assunção, Primeiro Secretário Filipe Oliveira Soares de Sá, Segunda Secretária Cláudia Cesarina Rodrigues dos Santos e Vogais Nélson Joaquim Leite Resende, Alcino Santos Ferreira, António Joaquim Ferreira Vieira, Vânia Sofia Pais de Oliveira, António Correia da Silva e Estela Sofia dos Reis Pereira. -----

A sessão teve a seguinte ordem de trabalhos: -----

Primeiro Período – antes da ordem do dia: -----

1. Leitura da correspondência; -----
2. Leitura da acta anterior; -----
3. Intervenção dos membros da assembleia de freguesia; -----

Segundo Período – ordem do dia: -----

1. Discussão e aprovação do orçamento, Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e do plano de actividades; -----
2. Discussão e aprovação das taxas administrativas e do Regulamento do cemitério; -----
3. Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia do mandato de 2010-2013; -----
4. Apresentação do saldo à data da tomada de posse. -----

-----O presidente da Assembleia saudou as pessoas e deu por aberta a sessão, prestando as seguintes informações:-----

- A sessão decorrerá por dois períodos, sendo o primeiro antes ordem do dia, e o segundo a ordem do dia; -----



Junta de Freguesia de Travanca – St^a M^a da Feira

-intervenção feitas por elementos não representados na assembleia poderão ser feitos no fim da assembleia. -----

1º Período

Antes da Ordem do dia

-----De seguida passou-se ao primeiro período da sessão, denominado antes da ordem do dia. -----

-----Ponto número um - leitura da correspondência: não houve correspondência até à data de realização da assembleia. -----

-----Ponto número dois - leitura da acta anterior. Presidente da mesa passou à leitura da acta da última assembleia de freguesia, acta número um, realizada em três de Novembro de dois mil e nove. Após a sua leitura não houve nada a acrescentar pelos presentes e passou-se à sua assinatura. -----

-----Ponto número três - intervenção dos membros da Assembleia de Freguesia. Foram colocadas algumas questões pelos elementos da assembleia, nomeadamente António Vieira que colocou a questão, do porquê de esta assembleia não ter sido realizada em Novembro. O presidente da mesa respondeu que existe um período especial em ano de eleições que pode ir até Abril, para a realização da primeira assembleia de freguesia, ou seja, ficou eliminada a de Novembro que passou automaticamente a ser esta. António Vieira continuou sua intervenção referindo que no parque São Pedro foram abatidas três árvores e destruídas duas qualidades de heras. Heras essas que não eram selvagens, mas sim uma de folhagem permanente e outra caduca; reforçou ainda que essas heras foram mandadas colocar pela arquitecta Felismina Topa para embelezar o muro, e perguntou ainda como vai ficar o respectivo muro onde estavam essas heras. Ainda no mesmo seguimento argumentou que em anos anteriores era pedido autorização na assembleia de freguesia e conseqüentemente na câmara para a realização destes actos. No seguimento da sua intervenção António Vieira referiu que em frente à Junta Freguesia decidiram cortar um cedro a meio e questionou o que iriam fazer ao outro cedro. Referiu também que não viu limpar as sarjetas e valetas da freguesia tendo apontado um sítio preocupante, a rua atrás do campo de futebol, dizendo que a junta devia fazer algo, ainda para mais com o aviso dos meios de comunicação de que ainda piores dias viriam. Uma outra questão colocada pelo mesmo elemento foi se uma pessoa da população precisar de um atestado de urgência como será resolvida a situação. Ainda uma última questão efectuada pelo António Vieira sobre o panfleto de campanha, onde falava do desvio orçamental do muro do cemitério, interpelou a mesa querendo uma resposta ou fundamentos em documentação para a justificação dessa afirmação. Afirmou ainda que dava intenção, e passo a citar “parece que nos estavam a chamar de ladrões”sic. O Presidente da mesa interveio dizendo apenas que o sentido de “desvio” não era de chamar ladrões às pessoas em causa e explicou o sentido da palavra era em termos económicos. De seguida o presidente da mesa voltou perguntar se existia mais alguma pergunta, e António Silva tomou a palavra. António Silva interveio dizendo que foi a câmara que pediu orçamento a quatro empreiteiros sobre os muros de betão do cemitério, sendo vencedor o que tinha a proposta mais baixa, mas visto que esse empreiteiro não cumpria as condições da segurança social em dia e como tal, teve que ser rejeitado, passando depois para uma das outras três que foram



Junta de Freguesia de Travanca – St^a M^a da Feira

aceites. Referiu ainda que o aterro foi de graça, os passeios foram feitos com material que a câmara mandou, tendo a Junta de pagar pela mão-de-obra dos homens. Continuou ainda referindo que o portão da frente foi a câmara que mandou fazer e o pagou, tendo a Junta apenas pago coisas pequenas como pintura e o trabalho das máquinas. Referiu também que na qualidade da sua própria pessoa fez interferência dizendo que o muro estava a ser mal feito, mas que a pessoa responsável não ligou, e a obra foi mal concluída. Insistiu que não houve desvios, que a câmara mandou os equipamentos e os pagou, a Junta interferiu só na parte do pagamento da mão-de-obra aos homens. Não havendo mais perguntas o presidente da mesa deu a palavra ao executivo para responder as perguntas efectuadas pelos membros da assembleia anteriormente. O Presidente da Junta Sérgio Silva, respondeu que as árvores foram abatidas com conhecimento do executivo, e com o motivo de embelezar, e que o suposto local era escuro, nada benéfico para freguesia, onde podia estar acontecer actos menos recomendáveis. Referiu ainda que estão a ser pensadas ideias para reabilitar o parque com mesas de merendas e uma possível churrasqueira. Relativamente às heras, elas foram mandadas cortar por causa de estarem a subir acima do limite dos muros. Foi também acrescentado que naquela parte existem treze árvores num pequeno espaço tão pequeno. Relativamente à questão do cedro da escola foi respondido que um deles foi cortado e que o outro ainda vai ser cortado, ou melhor, aparado. Neste momento Antero Barbosa, secretário da Junta de freguesia também interveio dizendo que o trabalhador em causa se aleijou e acabou por não poder podar o outro em seguida, e que no futuro vai ser aparado. Sérgio Silva ainda questionou se vamos fazer tudo o que a câmara quer, que para isso a junta passa a ser da câmara e não é preciso executivo na Junta de Freguesia, isto relativamente à questão das árvores visto que o antigo executivo ter dito que o número de árvores exagerado foi posto porque a câmara mandou. Em relação à limpeza de sarjetas, o Presidente Sérgio Silva disse que as ruas estão a seguir uma ordem, que estão a ser mais bem limpas, julga o executivo, e que está-se a dar uma volta e a ver onde está se acumular mais água para não haver inundações. Quanto ao pavimento não será colocado pavimento sem as devidas condições, ou seja, água, saneamento, etc. As sarjetas que foram apresentadas como problema já vêm do anterior executivo onde ficaram mal feitas, mas estamos analisar o caso para o resolver. De seguida Sérgio Silva respondeu à pergunta sobre o desvio orçamental do muro onde referiu que ali não era o sítio de discutir a campanha para as eleições. Referiu ainda que o desvio orçamental já vem há oito anos altura em que ele era da oposição. Ainda sobre o muro disse que os jazigos ficaram encostados ao muro no cemitério novo como obra mal feita, daí se ter tirado depois imensa terra para tentar corrigir o problema. Vieira voltou a perguntar mais uma vez sobre o desvio orçamental onde Sérgio Silva respondeu mais uma vez que ali não se fala de campanha eleitoral. Presidente Sérgio Silva também referiu que o espaço do cemitério foi mal aproveitado pelo anterior executivo, onde António Silva contrapôs respondendo que foi aproveitado acima do que era previsto. Sérgio Silva voltou a dizer que este ainda podia ter sido muito melhor aproveitado. António Silva respondeu que existem locais onde não se pode mexer. -----

2º Período



Ordem do dia

-----Como primeiro ponto da ordem do dia, o Presidente da mesa procedeu à apresentação e aprovação do orçamento do plano plurianual de investimento e plano de actividades. O Presidente da Mesa perguntou se existia alguma questão a apresentar, onde ninguém se manifestou. O executivo também não quis falar. Procedeu-se então à respectiva votação, que teve como resultado cinco votos a favor, quatro abstenções e nenhum voto contra. O Presidente da mesa de acordo com os resultados deu como aprovada a proposta. De seguida à votação e conseguinte aprovação, Antero Barbosa referiu que existirá um advogado durante uma hora por semana a fazer serviço jurídico de forma gratuita na freguesia para a população, sendo uma das actividades inseridas no programa. -----

-----De seguida passou-se para o segundo ponto da ordem do dia – discussão e aprovação das taxas administrativas e Regulamento do cemitério. O presidente da mesa começou por referir que na freguesia não existia um regulamento, ou seja, que não existiam regras de forma a haver uma utilização e fins adequados. O Presidente da mesa perguntou se existia alguma pergunta, dúvida, ou sugestão sobre taxas administrativas e regulamento do cemitério, onde surgiram várias intervenções. Vânia Oliveira colocou uma questão sobre o artigo sétimo referente ao horário do cemitério, na alínea C, a qual a sua pergunta foi se a junta pretende fechar o cemitério ao fim de semana, e sendo assim como podem as pessoas irem lá visitar os seus familiares ou entes queridos, isto de acordo com o artigo. Outra questão foi feita acerca do artigo sessenta e nove, onde vem referido que para retirar os objectos do cemitério será preciso apresentar um alvará, afirmando que pensa que isso não faz sentido, pois existem peças para levar para casa para ornamentar. O Presidente da mesa deu palavra ao executivo para responder a estas questões, onde Antero Barbosa respondeu dizendo que o artigo ao qual Vânia Oliveira se refere, está inserido na secção número três, ou seja, aquele horário é relativo às questões a serviços derivados do cemitério e não relativo à abertura ao público, como tal, ao fim de semana estará aberto ao público. Em relação ao artigo sessenta e nove depende do bom senso das pessoas, ou seja, objectos de ornamentação de tamanho pequeno não será exigido alvará. Nesta altura Alcino Ferreira interveio referindo que da sua interpretação do artigo sessenta e nove, entende que o artigo é para salvaguardar o cemitério, devido a roubos, pois podem aparecer pessoas menos conhecidas que podem roubar tais peças de ornamento. Como é uma casa aberta é uma forma de segurança para com as pessoas menos conhecidas. Em seguida Vânia Oliveira perguntou então se existirá uma pessoa no cemitério e em que horário, para o artigo poder ser levado com requisito do tal alvará. Sérgio Silva disse que em relação a essa pessoa ainda nada pode comentar. O Presidente da mesa interveio dizendo que o intuito do artigo não se refere aos pequenos objectos, mas sim aos jazigos ou partes fixas, propondo mudar o artigo para os alvarás serem utilizados só em objectivos fixos. Alcino Ferreira por sua vez voltou a intervir, dizendo que podem lá ir várias pessoas e que assim, sendo preciso pedir um alvará pode salvaguardar os seus bens que estão expostos. Ainda dentro do mesmo, Antero Barbosa acrescentou que somos uma freguesia pequena e nos conhecemos, mas que podem vir pessoas de fora e trocar ou roubar esses objectos. Onde António Silva contrapôs dizendo que em travanca até agora ainda não houve quem lá fosse mexer, e referiu que quem faz isso não é de dia, mas sim à noite. O Presidente da mesa propôs acrescentar a palavra fixo no respectivo artigo.



Junta de Freguesia de Travanca – St^a M^a da Feira

Nélson Resende interveio de seguida dizendo que seria melhor ficar antes objectos de carácter permanente em vez da palavra fixo. O Executivo ouviu as propostas e decidiu alterar pondo a palavra fixo. -----

-----Mais questões levantadas, onde Estela Pereira referiu os valores do anexo, uma vez que não está de acordo com a aplicação de taxas, sendo mesmo contra algumas delas. Deu como exemplo o artigo sétimo, troca de campas entre familiares como tendo um valor que é excessivo face ao tempo de crise que estamos, e no caso de familiares directos os alvará ficam muito caros e no caso de se tratar de uma campa um valor ainda mais alto. António Silva também referiu que os custos são em demasia. O Presidente da mesa falou que se refere à alteração de propriedade, e no caso de pessoas que herdaram de família aí são noventa euros. Dai haver diferentes classes. As outras classes têm um valor mais alto, pois um primo normalmente não herda um jazigo. Não é herança directa mas sim a aquisição do espaço. António Silva voltou a intervir dizendo que os preços são muito altos, que nem em Lisboa, nem no Porto se praticam estes valores. Aceita que haja taxas, mas acha que são exageradas. Antero Barbosa disse que estes valores foram criados em conformidade com os valores das freguesias vizinhas, onde existem valores ainda mais altos. Estes valores servem para evitar também a especulação imobiliária, não se aproveitarem de ficar com espaço e depois vender a um valor elevado. A Tesoureira Vera Reis referiu que nas freguesias vizinhas existem valores ainda mais altos. Sérgio Silva comentou que antes não havia nada e que por isso está a fazer alguma confusão agora de momento. António Silva referiu que está contra estes preços, mas não contra a existência de regras. Alcino Ferreira também interveio referindo que algo novo é sempre dado para trás. As freguesias vizinhas praticam valores ainda mais altos. E que não se pode andar a passar papéis por passar. Este regulamento vem organizar o cemitério de forma a conhecer as sepulturas e de quem é o quê. O regulamento vem criar uma organização e essa organização tem custos e como tal os valores para ele não são exageros. Deu-se a intervenção de António Vieira onde acusou Alcino Ferreira de não saber o que era um alvará. Que o anterior executivo era para fazer informatização do cemitério e dar o primeiro alvará grátis. Finalizou dizendo que um alvará será muito caro por um bocado de papel. Antero Barbosa respondeu que é só em caso de aquilo mudar para uma outra pessoa. O Presidente da mesa referiu que só acontece um novo concessionário, quando muda de uma pessoa para uma outra pessoa sem relação directa. Mudar na família directa são noventa euros. No caso de não haver pessoas a quem herdar passa para Junta ou alguém no seguinte escalão que o reclame. Dentro da própria família é noventa euros, para funcionamento da Junta, da Freguesia, e para proteger a família. Se forem descendentes não directos, para que não aconteça chegar alguém de fora e especular por valores exagerados, com o regulamento, a Junta fica com espaço e concessionaria pelos valores estipulados, evitando que as pessoas tenham de pagar valores elevados e em contra partida que outros receberam valores exagerados. As campas são um bem sagrado, não são para andarem a ser especuladas. De seguida interveio Antero Barbosa dando exemplo de uma pessoa que venha de fora e compre dez campas, e depois essa mesma pessoa que comprou por um valor baixo, vai vender as campas por um preço maior. Vânia Oliveira propôs que o valor da taxa seja mudado, que era por isso que estavam contra. António Vieira então comentou que uma pessoa que não seja familiar mas que está com essa família há vários anos, não é familiar directo, se essa família tiver duas campas e querer doar



Junta de Freguesia de Travanca – St^a M^a da Feira

uma delas, nesse caso teria que pagar o tal valor. Após as dúvidas expostas, o presidente da mesa deu palavra ao executivo, se iriam rever ou alterar alguma coisa, onde Presidente Sérgio Silva respondeu que as taxas são para manter. -----
-----Foi proposta à votação, onde teve como resultado cinco votos a favor e quatro votos contra. Regulamento do cemitério foi aprovado. -----
-----De seguida e ainda no mesmo ponto foi apresentado o regulamento da junta de freguesia e das taxas administrativas. Presidente da mesa voltou a dar a palavra caso existisse alguma pergunta, onde António Vieira começou por intervir dizendo que não existe regra da proporcionalidade nas fotocópias, visto que a partir das sete fotocópias cada uma passa a ser um euro cada. Vânia Oliveira propôs abolir do artigo numero três, a linha um e dois, e só ficar a linha três. Por parte do executivo interveio Antero Barbosa, tendo referido que nas freguesias vizinhas as pessoas vão pedir os documentos e pagam. Estela Pereira comentou que a proposta de abolir as duas linhas do artigo número três tem como fundamento evitar que as pessoas exponham a sua situação financeira. Entretanto António Vieira voltou a perguntar como agir em caso de urgência na aquisição de um documento. A resposta por parte executivo foi dada pelo Presidente Sérgio Silva que disse que podiam ir a casa dele e que ia deixar o seu número telemóvel no placar. Antero Barbosa justificou mais uma vez que em todos os lados, os certificados são pagos, dando o exemplo das finanças. O Presidente da mesa comentou que o que estava em causa eram valores que vão desde os cinco cêntimos até aos sete euros e cinquenta cêntimos, nos casos das taxas. António Vieira voltou a intervir dizendo que não está de acordo com proporção das taxas, e não com os valores em si. Antero Barbosa disse que o executivo esteve em reunião com o vereador Celestino Portela onde falaram das dívidas e que não tinham dinheiro na conta corrente e onde o vereador lhes respondeu para arranjam fontes de financiamento, e o executivo achou que além da organização do sistema administrativo isto também era fonte de financiamento. O Presidente Sérgio Silva comentou que se fala muito nestes valores mas que no anterior executivo houve um funcionário que ficou a substituir o António Vieira, tendo esse funcionário ficado muito caro à junta. Continuou a dizer que ao terem ido buscar essa pessoa de fora e pagar um valor exagerado por essas dezasseis horas ao mês, quando ele acha que o executivo podia na altura ter optado por uma pessoa da assembleia, ou da freguesia, o que teria ficado mais barato. Alcino Ferreira interveio relativamente ao artigo terceiro, da linha número um e dois onde acha que Estela Pereira se contradiz porque pela proposta dela, as pessoas ao serem sujeitas a aprovação da isenção em assembleia de freguesia iriam ser mais expostas. Também Alcino Ferreira fez uma pergunta ao executivo, que na eventualidade de aparecer uma família mais necessitada, como ia seguir o procedimento? Se encaminharia essa família para segurança social para poder beneficiar de ajuda? Ao que o executivo na pessoa do Presidente Sérgio Silva respondeu que a Junta de Freguesia está em sintonia com a segurança social, onde as famílias para essas situações têm de dar os documentos, se as pessoas estão a ser acompanhadas ou não. E neste momento está a existir essa relação com a segurança social, e conseqüentemente com apresentação dos papéis das famílias o veredicto é da segurança social onde dá a resposta de ajudar ou não ajudar. Após estas dúvidas e propostas de alterações, o executivo decidiu não alterar a proposta inicial. O Presidente da mesa de seguida passou à votação, tendo tido como resultado cinco votos a favor, e quatro votos contra. O regulamento da junta de freguesia e das taxas administrativas foi aprovado. -----



-----Presidente da mesa prosseguiu com o terceiro ponto, onde apresentou o regimento da assembleia de freguesia para aprovação, e antes da votação perguntou se existia alguma questão. Apenas uma intervenção por parte de António Vieira referindo o artigo número trinta e sete onde existiria um erro ortográfico, “pd “ deve ser substituído por período. Presidente da mesa interveio dizendo que as regras são as mesmas do anterior regimento da assembleia. Passou-se à votação onde teve como resultado nove votos a favor e nenhum contra. O Regimento da Assembleia de Freguesia foi aprovado. -----

1. Apresentação do saldo à data da tomada de posse. -----

-----Por último, o quarto ponto, apresentação do saldo à data da tomada de posse. O Presidente da mesa deu palavra ao Presidente da Junta, tendo Sérgio Silva lido na íntegra a auditoria feita pelo TOC. Após a leitura do relatório António Silva tomou a palavra referindo que a pasta dos extractos desapareceu. Mas indicou ainda que apenas era preciso saber o último extracto do último mês. Sobre dinheiros foi trinta e dois mil euros para obras do campo, tendo o vereador prometido pagar em Novembro, quinze mil euros. Tínhamos a receber dois mil e pouco euros, mais do cantoneiro e da carrinha. A Câmara em Novembro tinha que receber dois milhões de euros do Estado e só recebeu meio milhão, e como tal falhou à Junta de Travanca e às outras juntas. De seguida, Antero Barbosa referiu que veio à Junta, o fornecedor Carriço como uma carta da Junta anterior, onde disse que a tinham ido entregar ao escritório na segunda-feira depois da tomada de posse da nova junta, ou seja em período já da outra junta. Onde António Silva confirmou que isso era verdade, que entregou a carta depois da tomada de posse. António Silva voltou a afirmar que a câmara esteve em falta. Em Dezembro, a Câmara tinha a dar de capital cinco mil euros aproximadamente e mais do cantoneiro dois mil euros, das escolas trezentos euros, mais um valor da carrinha e da luz de dois mil e oito. Tudo dava dez mil e duzentos e cinco euros, e setenta e quatro cêntimos, e ficava o ano pago, ano de dois mil e nove. Além disso, as obras do campo de trinta e dois mil e quinhentos euros que não deram, da capela trinta e sete mil e quinhentos euros, o aquecimento do campo doze mil euros de subsídio, dando no total oitenta e dois mil euros mais três subsídios, mais o resto dá noventa e oito mil aproximadamente de montante final. A pagar na tomada de posse havia oitenta e seis mil euros aproximadamente que dava um saldo a favor de doze mil euros. Vera Reis interpelou António Silva dizendo que o vereador prometeu, que ninguém passou o documento de mapa de transferências. O que causa à Junta muitas dificuldades. Foi solicitado à câmara uma resposta onde só deram valor de Novembro de dois mil e oitocentos e sessenta e nove euros e de Dezembro zero euros. Depois negociou com eles e ainda conseguiu mais mil euros. As dívidas, o banco diz uma coisa e o senhor diz outra, e não sabe se existiu algum cheque a descontar ou não, o que fez com que estivesse até final de Novembro para poder conciliar as contas. Isso não foi passado, é propriedade da junta e não privado. Sérgio Silva referiu que após tomar posse recebemos uma carta do fotógrafo sobre uma quantia, onde dizia que foi assumido pela Junta de Freguesia, mas que o executivo não vai tomar esse valor



Junta de Freguesia de Travanca – St^a M^a da Feira

como sendo da Junta porque não foi aprovado em assembleia de freguesia. António Silva justificou-se dizendo que foi devido à restauração do centro de saúde onde o centro de saúde pediu uma ajuda a todas as freguesias. A Junta deu uma ajuda em dinheiro, e quem fez esse pedido da fotografia foi o centro. Como tal, o fotógrafo não devia ter feito tal coisa. António Vieira falou que as pessoas foram à assembleia para saberem quanto é que a junta anterior estava a dever, tendo como expressão e passo a citar “afinal a montanha pariu um rato” sic. -----
-----O Presidente Sérgio Silva aproveitou ainda para falar da iluminação de natal, onde não houve subsídios da luz para o natal de dois mil e oito. E decidiram então não a pôr este ano pelo interesse da freguesia, foi o motivo apontado. Pediu desculpa pelo motivo mas foi o melhor devido ao saldo financeiro. -----
-----E não havendo mais nada para tratar o Presidente da mesa deu por encerrada a assembleia pelas vinte e três horas e dez minutos. -----



ACTA Nº 1/2010

DE 08 de Janeiro de 2010

ALTERAÇÕES À ACTA

Proposta de alteração por parte de António Silva, à acta nº 1 de 2010 incluiu no antepenúltimo parágrafo que António Silva comunicou que à data da tomada de posse foram entregues 3 Deliberações da Câmara Municipal uma relativa ao Parque de Jogos no valor de 32,500,00€ e outra relativa à Capela Pastoral no valor de 27,500,00€ e outra relativa ao Sistema de Aquecimento de Água dos balneários do Parque de Jogos 12,000,00€

APROVADA A ACTA POR Unanimidade COM AS ALTERAÇÕES ACIMA MENCIONADAS EM 16/04/2010 DE 2010

OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

António Ferreira Rodrigues de Almeida

Filipe Oliveira Sousa de Sá

Claudia Casanova Rodrigues dos Santos

VELASCO GUARACIM LIMA DE AGUIAR

Alino Luis Ferreira

Vânia Sofia Pais Oliveira

Estela Sofia dos Reis Pereira

Artur José Sousa da Silva

António Joaquim Ferreira Vieira